

Brasil avança na prevenção da bronquiolite com novo imunizante no SUS



» RENATO KFOURI
Pediatra infectologista, mestre pela Unifesp, secretário do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) detalhou, no último dia 20, como se dará a oferta de um novo imunizante contra o vírus sincicial respiratório (VSR) no Sistema Único de Saúde (SUS), marcando um avanço relevante na estratégia de prevenção da bronquiolite no Brasil. O nirsevimabe é um anticorpo monoclonal indicado para a prevenção de infecções respiratórias graves em bebês causadas pelo VSR e estará disponível, a partir deste mês, para a proteção de bebês mais vulneráveis às formas graves da doença — todos os prematuros e/ou com comorbidades definidas no Protocolo de Uso do imunizante aprovado.

A bronquiolite é hoje uma das principais causas de hospitalização de crianças pequenas no país. Em 2025, tivemos uma temporada crítica da doença: entre fevereiro e junho, as hospitalizações de crianças menores de 1 ano cresceram 36% em relação a 2024 e 71% em relação a 2023, segundo dados do OpenDataSUS. Mais grave ainda, quase um terço desses bebês necessitou de internação em UTI, evidenciando o peso da doença sobre as famílias e a rede hospitalar.

Essa escalada de casos, principalmente durante a sazonalidade do vírus — que pode durar de janeiro até agosto, a depender da região do Brasil —, pressiona hospitais, amplia custos para o sistema de

saúde e gera um impacto silencioso para milhares de famílias que enfrentam a internação de seus filhos ainda nos primeiros meses de vida. Nesse contexto, a definição de um protocolo nacional de prevenção representa um passo importante para antecipar riscos e reduzir desfechos graves.

A incorporação do nirsevimabe no SUS é inicialmente voltada a bebês prematuros e com comorbidades, seguindo a lógica de priorizar grupos de maior risco clínico. Porém, mesmo a prematuridade e a existência de doenças crônicas sendo fatores para aumento do risco de complicações por infecções pelo vírus, a maioria das hospitalizações ocorre em bebês saudáveis e nascidos a termo, o que reforça a complexidade do desafio e a importância de monitorar continuamente os impactos das novas estratégias ao longo de sua implementação.

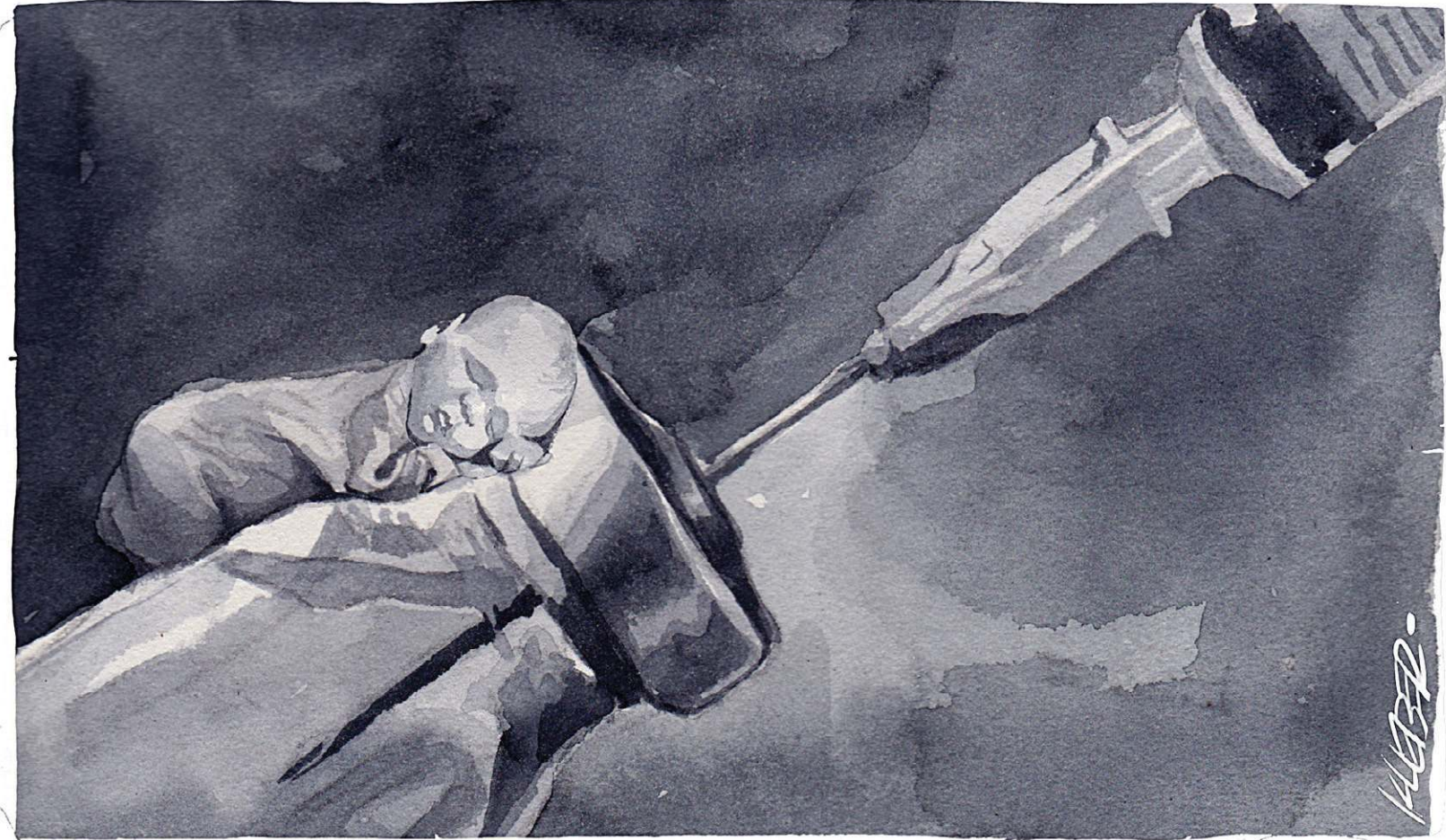
A experiência internacional oferece evidências relevantes sobre o potencial dessa tecnologia. No Chile, que decidiu oferecer o imunizante a todos os bebês, independentemente de serem prematuros ou a termo, os resultados publicados no *The Lancet Infectious Diseases* foram expressivos: houve redução de 76% nas hospitalizações por VSR, de 85% nas internações em UTI pediátrica e, mais importante, nenhuma morte relacionada ao VSR registrada em bebês menores de 1 ano no primeiro e segundo ano de adoção da estratégia de imunização — em 2023, antes da implementação, o Chile teve 13 mortes relacionadas a doença.

Na Europa, dois países também são exemplos: Espanha e França. Na França, um estudo multicêntrico reportou efetividade de 83% contra hospitalizações e até 81% contra internações em UTI em bebês que receberam o imunizante. Já na região da Galícia, na Espanha, dados mostraram redução de 82% nas hospitalizações por VSR já na primeira

temporada, com impacto semelhante em atendimentos de emergência e UTI. Além dos efeitos imediatos, dados mais recentes também indicam benefícios sustentados da prevenção precoce: para crianças que foram imunizadas na temporada anterior, o imunizante está associado a 55% menos hospitalizações por VSR na segunda temporada, 62,4% menos hospitalizações recorrentes por infecção respiratória do trato respiratório inferior e 76,9% menos internações recorrentes por bronquite ou bronquiolite aguda. Esses achados demonstram a capacidade do imunizante de contribuir com a preservação do desenvolvimento pulmonar saudável e redução da morbidade ao longo da primeira infância.

Esses dados de mundo real indicam que a prevenção do VSR pode gerar benefícios que vão além da proteção individual, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas de saúde. Cada hospitalização evitada significa menos pressão sobre leitos, menor uso de recursos de alta complexidade e mais previsibilidade para o planejamento assistencial. Para as famílias, representa menos sofrimento, menos afastamento do trabalho e menos impacto emocional nos primeiros meses de vida da criança.

A definição do protocolo pelo PNI inaugura, portanto, uma nova etapa no enfrentamento da bronquiolite no Brasil. Trata-se de um avanço concreto, baseado em evidências científicas e alinhado às melhores práticas internacionais, que amplia as ferramentas disponíveis para proteger bebês contra uma das principais causas de internação pediátrica no país. A forma como essa estratégia será implementada e avaliada ao longo do tempo será decisiva para consolidar seus benefícios e orientar os próximos passos da política pública de prevenção do VSR no país.



“Realpolitik”: como a lei da força redefine a competitividade digital



» ANDRIEI GUTIERREZ
Presidente do Conselho de Economia Digital e Inovação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

Ação dos Estados Unidos na Venezuela, assim como a decisão do governo norte-americano de abandonar mais de 66 entidades internacionais — das quais 35 são vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU) —, sedimentam os contornos de uma geopolítica guiada pela força e pela capacidade de pressão das grandes potências, sobrepondo-se a decisões multilaterais construídas ao longo de meses de debate. Esse cenário mostra que é cada vez mais essencial que países como o Brasil preparem uma estratégia nacional que os posicione como polo para o desenvolvimento de novas tecnologias — um ativo indispensável na geopolítica moderna — a fim de garantir competitividade no mundo digital.

O uso da força não é um movimento novo nas relações internacionais. O multilateralismo e a globalização baseada no livre fluxo de mercados dos últimos 80 anos foram a exceção, e não a regra. O que muda agora, e torna o posicionamento no tabuleiro global ainda mais complexo para os países, é a centralidade da tecnologia nessas disputas e seu poder de condicionar economias. A transformação digital,

impulsionada pela inteligência artificial (IA), está provocando mudanças de grandes proporções no capitalismo contemporâneo. A introdução dessa tecnologia nos processos produtivos sinaliza uma revolução na gestão de recursos, pessoas e cadeias de produção, assim como na produtividade das organizações.

Para sustentar todo esse ecossistema, é necessária uma intrincada rede de comunicações por cabos submarinos, satélites, fibras ópticas e antenas locais, interconectando essas cadeias produtivas e potencializando novos serviços digitais. Datacenters estão se tornando ativos estratégicos nacionais e fatores de competitividade mundial para grandes empresas de tecnologia na corrida pela supremacia em IA.

Em se tratando de regulação, tributação e governança, a busca por consensos passava nas últimas décadas, inevitavelmente, pela grande influência da União Europeia (UE). Contudo, o reemergir da geopolítica da força alterou profundamente esse arranjo institucional. A UE se vê obrigada a aumentar os investimentos em defesa em ordem superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, diante da invasão da Ucrânia pela Rússia, das constantes ameaças do governo Trump de deixar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da possível ocupação da Groenlândia. Além de todo esse contexto, há, ainda, os aumentos de tarifas e outras ameaças em decorrência das regulações que afetam empresas de tecnologia norte-americanas.

A Europa se viu diante de uma necessidade crescente de simplificação burocrática para que suas organizações pudessem competir e inovar nesses

novos quadros macroeconômico e geopolítico. A ficha caiu, e o bloco intensificou os esforços em 2025, adotando um pacote de simplificação administrativa (Digital First), em especial para reduzir encargos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), do Regulamento Europeu da Inteligência Artificial (AI Act) e da Lei de Dados da UE (Data Act) para startups e microempresas de até 250 funcionários. Além disso, reduziram-se 25% das obrigações de reportes em privacidade, concorrência e sustentabilidade, diminuindo a burocracia para a mudança de provedores de nuvem previstas no Data Act e adotando uma estratégia de gestão para acelerar projetos de produção de semicondutores, flexibilizando a Lei dos Chips (CHIP Act).

Mirando o futuro do Brasil e a competitividade das organizações nacionais, é notório que precisamos urgentemente de uma estratégia de médio e longo prazos que nos posicione nesse novo cenário, com redução do peso regulatório e comprometimento sério em investimentos em tecnologia, inovação e defesa. E não há como fazer isso sem um debate sério e profundo sobre gastos públicos, Reforma Administrativa e Pacto Federativo.

Em outra frente, as organizações não podem mais se dar ao luxo de avançar no status quo do mercado. Geopolítica e transformação digital precisam entrar para valer no core business e, sobretudo, na estratégia da organização. É preciso ter resiliência adaptativa e estar preparado, tanto nos planejamentos financeiros quanto na gestão de suprimentos e de fornecedores, para eventuais choques externos.

O problema dos juros no Brasil



» JOSÉ LUIS OREIRO
Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

Na última reunião do Copom, a meta da taxa de juros Selic foi mantida em 15%, apesar do processo sustentado de queda da inflação acumulada em 12 meses; a qual passou de um pico de 5,53% em abril de 2025 para 4,26% em dezembro do mesmo ano. A meta da Taxa Selic que havia começado o ano de 2025 em 12,25% ao ano (a.a.), foi sendo sucessivamente aumentada ao longo do primeiro semestre, com dois aumentos de 1 ponto percentual (p.p) entre o final de janeiro e o início de maio e um aumento de 0,75 p.p na reunião de maio. O efeito combinado da elevação da meta da Selic ao longo do primeiro semestre de 2025 e da queda da inflação acumulada em 12 meses a partir de maio resultou numa elevação brutal da taxa real de juros. Se em janeiro de 2025 a taxa Selic real se encontrava em 7,35% a.a., em dezembro ela havia aumentado para 10,29%.

Uma análise atenta do comportamento dos juros e da inflação ao longo de 2025 mostra, em primeiro lugar, que a inflação começou uma trajetória consistente de queda antes do final do processo de elevação da meta da Taxa Selic pelo Copom na reunião do final de julho. Isso nos faz refletir sobre se os aumentos realizados pelo Copom ao longo do ano de 2025 foram realmente necessários, haja vista que, com base na literatura econômica internacional e estudos de bancos centrais, uma elevação da taxa básica de juros demora, em média, entre 12 e 18 meses para produzir seu efeito máximo sobre a inflação. Dessa forma, parece muito pouco plausível que a queda da taxa de inflação observada em 2025 tenha sido resultado das decisões tomadas pelo Copom ao longo desse ano. Em segundo lugar, se o Banco Central do Brasil (BCB) mantém a taxa básica de juros constante num contexto em que a inflação acumulada em 12 meses está caindo; então, o BCB não está apenas mantendo uma política monetária restritiva, está aumentando a dosagem de aperto monetário num contexto em que a dinâmica inflacionária não justifica tal procedimento.

A posse de Galípolo como presidente do Banco Central em janeiro de 2025 havia produzido a expectativa, por parte de membros do governo, de uma política monetária mais dovish, ou seja, mais propensa a reduzir os juros com vistas a estimular o crescimento econômico via redução do custo do capital. Claramente essa expectativa não se realizou. Uma primeira interpretação para isso é a necessidade do novo presidente do BCB mostrar para o mercado financeiro que a autoridade monetária continuaria autônoma com relação aos interesses do governo mesmo na gestão de alguém que era da confiança do ministro da Fazenda. Uma segunda interpretação é que no início de 2025 as expectativas de inflação reportadas no Boletim Focus estavam “desancoradas”, ou seja, muito acima da meta de inflação para os anos de 2025 e 2026, e que, portanto, o BCB precisava aumentar os juros como parte da estratégia de ancoragem das expectativas. A terceira explicação, dita pelo próprio Galípolo, era de que o mandato do Banco Central, tal como definido pelo Conselho Monetário Nacional, presidido pelo Ministro da Fazenda, é entregar uma inflação de 3% no médio prazo e, a partir do início de 2025, manter a inflação acumulada em 12 meses abaixo do teto de tolerância de 4,5% mês a mês. Como entre janeiro e outubro de 2025 a inflação acumulada em 12 meses permaneceu acima do teto de tolerância do regime de metas, o presidente do BCB pode argumentar que não havia espaço para reduzir a meta da Taxa Selic.

Sem entrar no mérito da escolha de Galípolo para a presidência do BCB, duas outras explicações apresentadas acima merecem uma reflexão para a reforma do regime de metas de inflação. Estudo que publiquei em 2023 com Julio Fernando Costa Santos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) mostrou que, no Brasil, a inflação passada é muito mais importante que as expectativas de inflação futura para a dinâmica inflacionária. Assim, em vez de se preocupar com a ancoragem de expectativas, o BCB deveria propor medidas no sentido de reduzir o grau de inércia inflacionária no país. Em segundo lugar, uma meta de inflação de 3% parece ser claramente uma meta inefetiva, dados os quase 30 anos de regime de metas de inflação no Brasil. Dessa forma, melhor seria se, ao invés de uma meta pontual, o Conselho Monetário Nacional definisse uma banda entre 3,75 e 5,25% no acumulado em 12 meses. Essas medidas permitiriam a manutenção da inflação em patamares baixos, com uma taxa real de juros significativamente mais baixa.